

POVOS CIGANOS NA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA: O QUE DIZEM AS TESES E AS DISSERTAÇÕES?

ROMANI PEOPLES IN BRAZILIAN POSTGRADUATE STUDIES: WHAT DO THE THESES AND DISSERTATIONS SAY?

Recebido em: 24/06/2024

Aceito em: 05/09/2024

Publicado em: 23/09/2024

Francisca Marli Rodrigues de Andrade¹ 
Universidade Federal Fluminense

Fabio Alves Gomes de Oliveira² 
Universidade Federal Fluminense

José Alencar Mangia Júnior³ 
Universidade Federal Fluminense

Resumo: A pesquisa se propõe a desenvolver um debate sistematizado sobre as produções acadêmicas dos programas de pós-graduação brasileiros, focalizando na representatividade de temáticas sobre os povos ciganos nas produções das teses de doutorado e dissertações de mestrados defendidas nos últimos dez anos (2012 a 2022). Metodologicamente, a pesquisa, de abordagem qualitativa exploratória descritiva, recorreu ao enfoque do estado da arte para destacar as seguintes variáveis: número de produções, regiões, instituições, grandes áreas do conhecimento e áreas do conhecimento nas quais essas produções foram realizadas. Com isso, a pesquisa aponta para a necessidade de inclusão dos povos ciganos nas produções científicas e, a partir disso, construir reflexões críticas sobre esse tema. Além do mais, a pesquisa ressalta a importância de um debate crítico sobre racismo estrutural e institucional, identificando-o como fundamental no processo de formação de futuros pesquisadores e na construção da luta antirracista no âmbito da educação.

Palavras-chave: Povos Ciganos; Estado da Arte; Pós-Graduação; Racismo Institucional.

Abstract: The research aims to develop a systematic debate on the academic achievements of Brazilian postgraduate programs, focusing on the representativeness of Romani themes in doctoral theses and master's dissertations defended in the last ten years (2012 to 2022). Methodologically, the research, with a descriptive exploratory qualitative approach, used a state-of-the-art approach to highlight the following variables: number of productions, regions, institutions, major areas of knowledge and areas of knowledge in which these productions were realized. As a result, the research points to the need to include Romani peoples in scientific productions and, based on this, to build critical reflections on this issue. Furthermore, the research emphasizes the importance of a critical debate on structural and institutional racism, identifying it as fundamental in the process of training future researchers and in building the anti-racist struggle in education.

Keyword: Romani Peoples; State of the Art; Postgraduate programs; Institutional Racism.

¹ Professora Adjunta na área de Saúde e Meio Ambiente, vinculada ao curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino da UFF (PPGen/UFF). E-mail: marli_andrade@id.uff.br

² Professor Adjunto na área de Filosofia da Educação, vinculado ao curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal Fluminense (UFF). Membro permanente do Programa de Pós-graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva da UFF (PPGBIOS/UFF) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino da mesma Instituição (PPGen/UFF). E-mail: fagoliveira@id.uff.br

³ Mestre em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Federal Fluminense (PPGen / UFF). Professor da Educação Básica vinculado à rede municipal de Cambuci – Rio de Janeiro. E-mail: alencarmestrado@gmail.com

INTRODUÇÃO

Estudar *com e sobre* os povos ciganos significa colocar em pauta os principais desafios por eles enfrentados nos dias atuais, uma vez que, na visão de Moonen (2011), esses povos foram alvo de inúmeras perseguições: políticas, religiosas e étnicas. Para o autor em questão, os ciganos nunca eram vistos como imigrantes desejados nos países europeus, sempre eram expulsos das cidades, presos ou até mesmo recebiam pena de morte, enquanto as mulheres eram obrigadas a fugir com seus filhos para que as autoridades não sustentassem a filiação numerosa das famílias. Nesse sentido, os ciganos, ao longo dos anos, foram vítimas de muitas injustiças, sendo “perseguidos e obrigados a migrarem para outros países onde acabaram ressignificando seus costumes e tradições, além de serem forçados a se converterem ao Catolicismo modificando relativamente suas crenças” (NERY; NASCIMENTO, 2014, p. 917).

O racismo e a intolerância são experiências centrais que atravessam os caminhos por onde os ciganos passam, já que encontram inúmeros obstáculos na luta pelos direitos básicos para a sua sobrevivência – desde o registro de nascimento, questões de moradia, escolarização e saúde até situações de locomoção no grande território brasileiro. Como destacou Vanelli (2013), não possuir um endereço fixo – associado ao impedimento de registro civil de nascimento – impacta o acesso aos benefícios dos programas sociais federais que prevê a elevação da renda familiar e aos serviços de saúde, com exceção dos casos notificados como de emergência. Em outras palavras, “na sociedade gadjé os ciganos nômades são socialmente invisíveis, o que demonstra a discriminação étnica” (VANELLI, 2013, p. 263).

A invisibilidade imposta aos povos ciganos tem a sua construção histórica. Segundo Moonen (2011), os primeiros documentos nos quais temos acesso à história do povo cigano remontam ao ano de 1050, quando o imperador de Constantinopla pede auxílio a adivinhos e feiticeiros com a incumbência de abater animais selvagens. Séculos depois, nos escritos de um monge, aparecem certos indivíduos domadores de serpentes e ursos lendo a sorte e fazendo previsões sobre o futuro. No século XIII, ainda na Turquia, esses adivinhos foram perseguidos sob acusações de realizarem práticas demoníacas. Em recentes estudos sobre as línguas faladas entre as populações ciganas, conforme ressaltou Nery e Nascimento (2014), é possível encontrar a confirmação de que esta etnia surgiu no Noroeste da Índia, pois o idioma Romani falado entre os ciganos tem muitas semelhanças com o sânscrito falado na Índia.

O povo cigano é identificado na história a partir do ano III a.C. Existem sinais que localizam sua origem no norte da Índia, mais exatamente na região do Punjab, onde

hoje se encontra o Paquistão. A partir do século XII, os ciganos se dividiram pelo mundo em dois ramos: o asiático (ciganos da Palestina) e o europeu (ciganos da Pérsia e da Armênia), os quais posteriormente se espalharam por toda Europa (SIMÕES, 2010, p. 348).

De acordo com Hilkner (2008) como os ciganos possuem uma cultura ágrafa⁴, transmitida prioritariamente de forma oral, o conhecimento da língua Romani possibilita para este grupo uma forma de proteção contra a população não cigana e uma maneira de preservação de sua cultura e costumes. Sobre a cultura ágrafa dos ciganos, Teixeira (2008) afirma que a documentação sobre eles é escassa e dispersa, visto que não deixaram registros escritos. Portanto, as percepções, as descrições e os olhares obtidos historicamente foram sempre de intermediadores, religiosos, autoridades, viajantes; ou seja, uma percepção hostil, estrangeira e constrangedora.

Para Vanelli (2013), devido aos estereótipos e estigmas contra a população cigana nos séculos XVI e XVII, as migrações desta etnia para outros países eram recorrentes. A Igreja Católica, segundo a autora mencionada, teve seu papel no processo de condenar e rotular os povos ciganos como inimigos da Igreja, trapaceiros, feiticeiros, adivinhos, realizadores da quiromancia e da magia. Todos estes adjetivos desqualificadores, somados ao racismo, fizeram com que cada vez mais os ciganos migrassem na esperança de buscar refúgio e segurança.

A etimologia da palavra cigano aparece no século XV, quando ao migrar para a Europa eles afirmavam que sua origem era o Pequeno Egito, que foi confundido pelos europeus com o Egito da África. Tratava-se, no entanto, de uma região da Grécia. Por essa razão, o povo cigano passou a ser conhecido como “egípcios” ou “egitanos”, gypsy (em inglês), que com as variações linguísticas e de pronúncia no português ficaram conhecidos como ciganos (MOONEN, 2011). Diante da conjuntura apresentada, este estudo pretende pautar uma organização a partir da seguinte questão de pesquisa: em que medida o que foi produzido pelos programas de pós-graduação nos últimos dez anos (2012 a 2022) aborda a diversidade étnico-racial tão presente no Brasil e a inclusão dos povos ciganos? Essa questão da pesquisa constitui-se na assertiva de que: vivendo no século XXI e, portanto, com uma ampla diversidade de fontes de informações e lutas sociais por inclusão das minorias políticas, os debates sobre a diversidade étnica alcançaram diferentes espaços e ampliaram os diálogos. Contudo, na prática, isso significa que

⁴ ÁGRAFA. Adjetivo. Que não tem representação escrita; que não está escrito nem pode ser representado por meio da escrita. Que não possui sinais gráficos. Que não tem uma forma escrita; sem registro escrito: cultura ágrafa. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7 Graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/agrafa/>. Acesso em: 8 out. 2022.

as temáticas que abordam os povos ciganos formam parte dos processos de formação de pesquisadores? Em outras palavras, as especificidades desses povos, na condição de sujeitos de direitos, são possíveis de serem notadas através das produções acadêmicas?

Na tentativa de buscar respostas para essas perguntas, a pesquisa se constitui com base no seguinte objetivo: analisar as produções acadêmicas dos programas de pós-graduação (dissertações de mestrado e teses de doutorado) dos últimos dez anos (2012 a 2022) para, então, identificar as pesquisas, as instituições e as temáticas abordadas. Esse objetivo se apresenta enquanto um dos elementos da luta antirracista, pensando a formação de pesquisadores a partir da abordagem das diferenças étnicas, para construir reflexões analíticas sobre as demandas sociais e políticas dos povos ciganos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com a expansão de debates relacionados à temática da democratização da educação – e com as sobreposições que envolvem a diversidade étnico-racial, de gênero e classe – emerge igualmente a necessidade de sistematização das pesquisas sobre essas temáticas e seus desdobramentos no âmbito das universidades e centros de pesquisa brasileiros. Nesse contexto, surgem questões e temas que estão ligados às minorias políticas racializadas, no caso desta pesquisa, os povos ciganos. Por essa razão, o presente artigo busca compreender o cenário das produções dos programas de pós-graduação no contexto brasileiro; ou seja, as dissertações de mestrados e as teses de doutorados que envolvem esses povos.

Em acordo com o seu objetivo estabelecido, este artigo foi construído como base nos elementos metodológicos da pesquisa qualitativa exploratória que, com enfoque na análise documental, é estruturada na perspectiva do “estado da arte” – denominado, em alguns casos, como estado do conhecimento. Segundo Ferreira (2002), as pesquisas conhecidas pela denominação “estado da arte” ou “estado do conhecimento”, nos últimos anos, tiveram um expressivo aumento. Essas pesquisas, definidas como de caráter bibliográfico, agregam o “desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares” (FERREIRA, 2002, p. 258). Dito de outra forma, as pesquisas com características do “estado da arte” podem nos revelar como a abordagem dos povos ciganos tem sido contemplada nas teses e dissertações produzidas no Brasil.

O estado da arte se torna elemento metodológico fundamental desta pesquisa e, portanto, ao aplicarmos o recorte temporal, o estado da arte agrega um caráter de inventário. Por um lado, o estado da arte sinaliza áreas nas quais as produções acadêmicas apontam uma potência e relevância, além de possibilitar o acompanhamento do que se tem produzido como pesquisa científica sobre determinado tema e seus avanços (ROMANOWSKI; ENS, 2006). Por outro lado, o estado da arte sinaliza, também, as ausências e os retrocessos sobre determinada temática de pesquisa, apontando, dentro das obras encontradas e analisadas, as limitações do desenvolvimento do próprio campo (ROMANOWSKI; ENS, 2006).

O estado da arte favorece para que, ao apontarmos obras e pesquisas produzidas dentro do recorte temporal, consigamos compreender a sua amplitude, indicando: as áreas e abordagens realizadas; as metodologias de cada pesquisa; e as relações que levaram à realização dos trabalhos a partir da leitura de cada obra encontrada. O estado da arte permite, portanto, apontar o avanço da ciência e os investimentos que foram realizados em cada área, indicando a quantidade ou a nulidade de produções acadêmicas.

Para construir os dados da pesquisa que resultou neste artigo utilizamos o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, também conhecido como Plataforma Sucupira⁵. Nesse repositório, adotamos como ferramenta de busca a palavra-chave “cigano” e sua variação no plural: “ciganos”. Após essa busca, a plataforma forneceu informações importantes para a pesquisa que configuraram como categorias de análises nesta pesquisa, tais como: a) ano de apresentação dos trabalhos; b) instituições; c) grande área do conhecimento; d) área de conhecimento dos programas de pós-graduação; e) acesso à leitura dos trabalhos para estabelecer as suas diferenciações.

Desse modo, foi possível adotar o recorte temporal de dez anos (2012 a 2022); ou seja, as teses e as dissertações nas quais constavam a palavra-chave da pesquisa e que foram defendidas nesse período. Logo, é importante pontuar que, primeiramente, optamos pelo termo “romani” no processo de busca de palavras, uma vez que a terminologia “cigano” foi constituída, ao longo dos séculos, com base em conotações negativas, resultado das representações estereotipadas e preconceituosas dos não ciganos. Contudo, é normal que “entre

⁵ O nome da Plataforma Sucupira é uma homenagem ao professor Newton Sucupira, autor do Parecer nº 977 de 1965. O documento conceituou, formatou e institucionalizou a pós-graduação brasileira nos moldes dos dias de hoje. Newton Lins Buarque Sucupira nasceu em Alagoas em 9 de maio de 1920 e faleceu no Rio de Janeiro em 26 de agosto de 2007. O acadêmico tinha formação em história e filosofia da educação e foi referência na educação brasileira. Para maiores detalhes, ver: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/plataforma-sucupira>. Acesso em: 12 jun. 2023.

eles a denominação fosse calés (singular caló), e ainda rons ou rones” (RAMOS, 1947, p. 269). Sobre essa questão, Fontana e Lucas (2020, p. 2) destacam que o exônimo para tal grupo se denomina “Romani” ou “Roma”, já que esse “carrega a tradução, no singular, a palavra “homem”. Essa foi aceita e também apropriada para indicar a língua usada por algumas dessas famílias que é repassada oralmente como parte da tradição”.

Com base nesse primeiro resultado, a partir do termo “romani”, optamos pelo uso da palavra “ciganos”, visto a sua popularidade e utilização em alguns textos e publicações, ou seja, foi onde encontramos as produções que analisaremos adiante. Dos trabalhos encontrados, tanto de mestrado como doutorado, as produções anteriores a 2012 não entraram nesta análise, pois são obras que antecederam a Plataforma Sucupira e, portanto, não fornecem dados de resumo ou acesso aos trabalhos. De igual modo, as dissertações oriundas dos mestrados profissionais também não foram incluídas nesta pesquisa, em função dessa figura ser recente e na pós-graduação brasileira.

Importante mencionar que o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES é constantemente atualizado, de modo que a replicação desta metodologia de pesquisa pode gerar pequenas alterações nos dados encontrados. No caso desta pesquisa, o acesso aos dados aconteceu no período de janeiro a maio de 2023. Com apoio de um diário de bordo, fomos registrando todas as informações de interesse da pesquisa. Concretamente, um total de 103 trabalhos sendo: 72 dissertações de mestrado e 31 teses de doutorado. Para caráter de análise dos trabalhos, alguns critérios foram definidos, tais como: a) primeiramente, incluímos na pesquisa de todos os trabalhos que emergiram na base de dados ao fazermos o processo de busca, de acordo com a palavra “cigano” – no singular e no plural; b) posteriormente, estabelecemos uma separação dos resultados, dividindo-os entre as pesquisas nas quais a temática “ciganos” configura como tema central e as pesquisas que focalizaram em outros temas, mas que mencionaram, de alguma forma, essa palavra. Uma visão mais ampla desses resultados constitui o próximo tópico deste artigo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta parte da pesquisa apresentamos um levantamento sistematizado e análise dos dados sobre as produções de mestrado e doutorado dos programas de pós-graduação brasileiros que se debruçam sobre o tema “ciganos”, no recorte temporal de 2012 a 2022. Em outras palavras, as produções científicas que evidenciam as especificidades, os enfrentamentos, as

lutas e os desejos desses povos pelo reconhecimento e valorização das suas culturas; como salvaguarda de que o Estado Brasileiro garanta a esses povos a cidadania, a partir da respeitabilidade dos seus direitos fundamentais. Assim, por meio dos resultados apresentados, buscamos traçar uma pesquisa que funcione como um indicativo acerca do que se tem produzido e debatido sobre a temática dos povos ciganos nas Instituições de Ensino Superior brasileiras (IES). Nesse sentido, no Gráfico 1 apresentamos um panorama geral sobre as produções analisadas.

Gráfico 1 - Produções acadêmicas do Mestrado e Doutorado que mencionaram a palavra “ciganos”, no período de 2012 a 2022.



Fonte: Elaboração nossa. Dados da pesquisa (2023).

Os dados expostos no Gráfico 1 indicam um total de 103 trabalhos produzidos na pós-graduação *stricto sensu* – mestrado e doutorado – que nos últimos dez anos no cenário brasileiro abordaram a palavra “ciganos”. De acordo com a busca realizada na base de dados “Catálogos de Teses e Dissertações da CAPES”, essas produções são mais frequentes nas pesquisas de mestrado do que nas de doutorado, destacando um aumento significativo dessas produções no ano de 2015 e de 2020. Entretanto, os cursos de doutorado apresentaram uma produção mínima

sobre essa temática, tanto em 2012 quanto em 2022. O maior número de produções de doutorado foi identificado no ano 2016 com 5 (cinco teses), mantendo-se estável nos anos que se sucederam, exceto pela queda significativa no ano de 2022.

Sobre a produção de teses e dissertações, é importante mencionar que o mestrado possui o tempo de duração de dois anos e o doutorado de quatro anos. Nesse período, a/o pesquisador/a desenvolve sua pesquisa apresentando, ao final do curso, um trabalho – sendo uma dissertação ou tese – que contribui para avanços de pesquisa sobre o tema proposto. Nesse sentido, a/o pesquisador/a faz com que suas contribuições de estudos e pesquisas enriqueçam a produção científica, em um determinado campo científico. Com base nas informações do Gráfico 1 podemos perceber o aumento de produções entre os anos de 2015 e 2016 para mestrado e doutorado. Esse evento pode ser decorrente, de acordo com as informações do CNPq, do aumento do número grupos de pesquisa presenciados entre os anos de 1993 a 2016, passando de 4 mil para 38 mil; também, nesse período houve um aumento na quantidade de instituições participantes – de 99 instituições para 531 – o que gerou uma ampliação nos números de pesquisadoras/es representando o crescimento no sistema de pesquisa (SCHWARTZMAN, 2022).

Segundo Aquino (2020), com a assinatura do Decreto nº 36.137, de 13 de julho de 2006, o estado brasileiro reconheceu e incluiu a comunidade cigana do país no rol das comunidades tradicionais. Este decreto, segundo o autor, discorria sobre a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, onde a redação de um dos seus artigos previa a salvaguarda da cultura cigana por meio de associação de preservação da cultura cigana e um centro de discussão Romani. O pesquisador em questão pontua que esse documento foi revogado pelo Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016, que instituiu o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, garantindo vaga neste conselho segundo o decreto para representantes dos povos ciganos (AQUINO, 2020). Possivelmente, o cenário de mudanças no texto do decreto de 2006 ampliou os debates e as discussões no campo dos direitos dos povos ciganos e, por conseguinte, reverberou no aumento das produções científicas voltadas aos povos ciganos observados nos de 2015 e de 2016, sobretudo em algumas regiões do país.

Os dados apresentados no Gráfico 1 indicam, também, as regiões do Brasil nas quais foram realizados trabalhos sobre a temática “ciganos”. Observamos as regiões que possuíram uma concentração maior e/ou menor de produções acadêmicas sobre o tema: as regiões Nordeste (36) e Sudeste (46) apresentam um grande número de trabalhos com a temática

ciganos, 36 e 46 – respectivamente, sendo a predominância dos trabalhos na Região Sudeste, na qual foi produzido 45% das produções. Analisando os dados fornecidos pela CAPES, compreendemos que na Região Sudeste há uma maior concentração de programas de pós-graduação, sendo 397 na região Centro-Oeste, 960 na Região Nordeste, 283 na Região Norte, 974 na Região Sul e 1979 na região Sudeste (CAPES, 2023). Essa grande quantidade de programas de pós-graduação na região Sudeste pode refletir, em certa medida, a sua potência em produzir trabalhos e debates, refletindo as vivências e lutas das populações mais vulneráveis e desassistidas de políticas públicas, entre elas os povos ciganos.

Por sua vez, na região Norte do país destacamos a ausência de produção, seja dissertação de mestrado, seja tese de doutorado, com a temática cigana nos últimos dez anos. Essa ausência nos fez indagar sobre a sua razão; ou seja, poderia estar associada, direta ou indiretamente, ao número pequeno ou à inexistência de comunidades ciganas na região? Com o propósito de deixar essa questão mais evidente, recorreremos ao documento “Informativo Atendimento a Povos Ciganos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS)” (BRASIL, 2018). De acordo com esse documento, em março de 2018 foram identificadas 22.003 pessoas de etnia cigana no Cadastro Único⁶, dentre as quais 14.907 são participantes do programa Bolsa Família (BRASIL, 2018). O documento apresenta uma tabela sobre a presença de ciganos nos estados brasileiros. Para fins de melhor compreensão, essa tabela foi reproduzida abaixo.

Tabela 1 - Quantitativo de ciganos em cada Unidade da Federação.

Tabulação Pessoa Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos			
Em Família Cigana			
UF	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Acre	3	4	7
Alagoas	255	287	542
Amapá	7	6	13
Amazonas	19	42	61
Bahia	3.356	3.419	6.775
Ceará	193	276	469
Distrito Federal	62	58	120
Espírito Santo	372	371	743
Goiás	1.170	1.288	2.458
Maranhão	561	596	1.157
Mato Grosso	37	39	76
Mato Grosso do Sul	16	17	33

⁶ Para maiores informações, consultar: <https://www.gov.br/mds/pt-br/cadunico#:~:text=O%20que%20é%20o%20Cadastro,públicas%20voltadas%20para%20essa%20população.>

Minas Gerais	1.328	1.469	2.797
Pará	65	68	133
Paraíba	467	512	979
Paraná	258	270	528
Pernambuco	334	354	688
Piauí	288	359	647
Rio de Janeiro	244	285	529
Rio Grande do Norte	278	320	598
Rio Grande do Sul	81	98	179
Rondônia	11	14	25
Roraima	1	0	1
Santa Catarina	85	74	159
São Paulo	625	714	1.339
Sergipe	371	427	798
Tocantins	76	73	149
Total	10.563	11.440	22.003

Fonte: Brasil (2018). Atendimento a povos ciganos no SUAS.

Com base nos dados apresentados na Tabela 1 é possível afirmar que a região Norte possui a presença de ciganos mesmo que em pouco número, levando-se em consideração outros estados brasileiros. Neste caso, podemos suspeitar, portanto, que a ausência de pesquisas sobre esses povos na região Norte se trata de um processo profundo de invisibilidade dessa etnia. Tal ausência pode ampliar, inclusive, os processos de epistemicídios e seus desdobramentos na formulação de políticas públicas, uma vez que existe uma lacuna na produção de conhecimento sobre esses povos. Logo, as informações apresentadas na Tabela 1 nos ajudam contextualizar a presença dos povos ciganos na região Norte e, assim, desconstruir respostas que reforçam preconceitos e discriminações, frutos do racismo estrutural que fomenta o apagamento da etnia cigana.

O racismo estrutural, como aponta Almeida (2019), estabelece o poder e a supremacia de uma raça sobre a outra, estabelecendo categorias entre os grupos sociais como forma de domínio e controle social e econômico. A partir do marcador social da diferença pautada na categoria raça, o racismo estrutural se organiza e se consolida com base na perpetuação das desigualdades e da marginalização de etnias; ou seja, no modo como essas etnias são subjugadas em uma sociedade que, ao longo de sua formação socioeconômica histórica, tem sido conformada para alijar as minorias étnicas – como as comunidades quilombolas, os povos indígenas e ciganos – do sistema social, político e econômico (ANDRADE, 2023).

No campo político, o racismo estrutural atua provocando invisibilidades e negação de direitos, de modo que a presença e a existência não sejam documentadas. Sinalizamos, neste

ponto, uma declaração feita pelo ex-ministro da educação, Abraham Weintraub, na reunião ministerial do dia 22 de maio de 2020, ao se referir aos povos indígenas e os povos ciganos:

Odeio o termo 'povos indígenas', odeio esse termo. Odeio. O 'povo cigano'. Só tem um povo nesse país. Quer, quer. Não quer, sai de ré. É povo brasileiro, só tem um povo. Pode ser preto, pode ser branco, pode ser japonês, pode ser descendente de índio, mas tem que ser brasileiro, pô! Acabar com esse negócio de povos e privilégios (G1, 2020).

A declaração do ex-ministro da educação denota totalmente o seu ato de ignorar a grandeza demográfica, étnica e intercultural que existe no Brasil. Além disso, pode-se entendê-la como uma fala de propagação de preconceito e discriminação racial, uma vez que a mesma tece – de forma explícita – o racismo estrutural que produz violências que vitimizam as minorias políticas de nossa sociedade.

O racismo estrutural, muitas vezes negado por autoridades e instituições, revela-se constante no campo político. Entretanto, o papel das pessoas que ocupam cargos públicos de poder deveria ser o de criar mecanismos de proteção às minorias étnicas, ao invés de reverberar, em seus discursos oficiais, práticas racistas sob alegação de que não é necessário garantir direitos os povos que foram racializados, sob uma ideia de generalização de nacionalização.

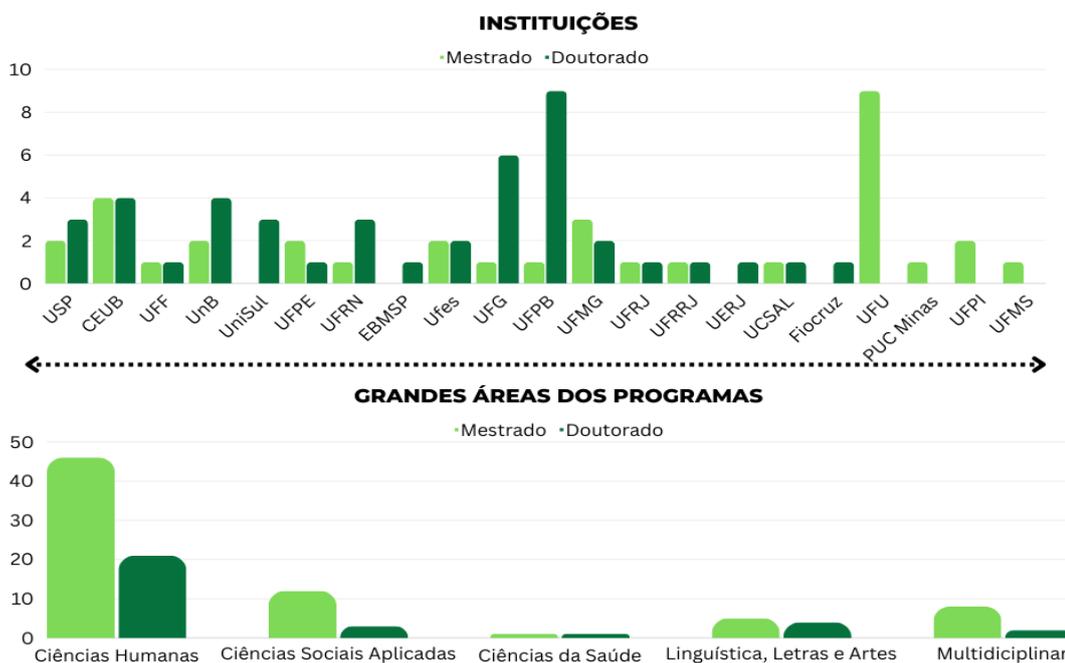
Destacamos que no cenário da educação brasileira, no qual o referido ministro foi responsável pela pasta, os ciganos passaram a ser mencionados em políticas públicas somente em 2012, quando foi promulgada a Resolução nº 3, de 16 de novembro de 2012, que estabeleceu as diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância (BRASIL, 2012). Nesse documento ficou garantido que os sistemas de ensino se adequem às particularidades dos estudantes – crianças, jovens e adultos – que se encontrem nessas condições. Sobre isso, Pereira (2020) destaca que:

O Brasil, em virtude dos variados processos migratórios pelos quais passou, possui um diversificado e significativo conjunto de minorias étnicas. Com exceção dos indígenas, as demais minorias têm à sua disposição escolas tradicionais/monoculturais às quais devem se adaptar, incluir-se. Entretanto, pela forma como está estruturada, essa escola não é atrativa para essas populações, ocasionando com isso o abandono. Para os ciganos, a escola apresenta-se ainda mais desinteressante. A razão disso está no sentimento de não pertencimento destes diante dos elementos que compõem o contexto escolar. A criança, bem como o jovem cigano são constantemente alvo de preconceitos, desconfianças e xenofobias e são tratados com desconfiança tanto pelos colegas quanto pelos professores e funcionários (PEREIRA, 2020, p. 456-457).

A escola e o currículo precisam estar alinhados e em diálogo com docentes, discentes e com sociedade atual. É necessário que a educação esteja integrada e explore a diversidade que nela está presente, fazendo com que os estudantes entendam a sua construção histórica, as lutas sociais e os diferentes grupos étnicos que conformam o Brasil. Muitos desses grupos encontram-se vivendo às margens da sociedade que, como é caso dos povos ciganos, de forma excludente são vítimas de violências e preconceitos. Nesse sentido, compete ao Estado estimular as produções científicas e pautar políticas públicas voltadas a uma formação que desperte a sua formação política da sociedade, respeitando a ampla diversidade que conforma o povo brasileiro.

A produção do conhecimento, por sua vez, deve ser exercida e praticada numa perspectiva crítica, pautando as transformações das estruturas sociais e o exercício da cidadania. Tal transformação deve ter, como uma das suas bases, as reflexões empíricas e analíticas sobre as situações econômicas excludentes impostas a determinados grupos sociais. Dito de outra forma, os conhecimentos críticos que são produzidos pelas instituições de ensino e pesquisa, devem pavimentar as transformações sociais. Nesse sentido, a pesquisa buscou compreender, também, quais são as instituições e as grandes áreas do conhecimento onde a temática “ciganos” se mostra mais reiterativa nas produções da pós-graduação, conforme ilustra o Gráfico 3.

Gráfico 3 – Instituições e grandes áreas de conhecimento: pesquisas que mencionaram os povos ciganos.



Fonte: Elaboração nossa. Dados da pesquisa (2023).

No Gráfico 3 apresentamos as instituições e as grandes áreas de conhecimento onde estão localizadas as produções, do mestrado e doutorado, que citam a temática “ciganos”. Algumas instituições, em determinados estados, acabam se destacando na pesquisa voltada aos povos ciganos. Entre essas instituições os dados ressaltam: Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – 11 produções; Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – 9 produções; Centro Universitário de Bauru (CEUB) – 8 produções; Universidade Federal de Goiás (UFG) – 7 produções; Universidade de Brasília (UnB) – 6 produções; Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – 5 produções; Universidade de São Paulo (USP) – 5 produções.

Como mencionado anteriormente, na região Sudeste está concentrada a maioria dos programas de pós-graduação. Juntas, as instituições da região Sudeste apresentam 40 produções que citam a temática “ciganos”. Entre as universidades do Sudeste que produziram trabalhos com temas ciganos destaca-se a Universidade Federal Fluminense (UFF), que possui um de seus *campi* no interior do Estado do Rio de Janeiro em Santo Antônio de Pádua (UFF/INFES), onde funciona o programa de mestrado PPGEn e local de realização desta pesquisa, o que possibilita novos olhares sobre as produções acadêmicas relacionadas ao povo cigano.

Mesmo com a produção de dois trabalhos que apontamos no Gráfico 3, a UFF avança dentro da proposta de ampliar os estudos da temática cigana. A Universidade Federal Fluminense, como beneficiária do programa Reuni, possui polos em muitos municípios do Estado do Rio de Janeiro. Entre esses polos, destacamos o *campus* de Angra dos Reis, o qual no ano de 2023 realizou a Jornada Educação e Ciganidades⁷.

Quanto à Fiocruz, de acordo com os dados da pesquisa, ela tem sido destaque em relação à necessidade de pensar a intersecção de raça, etnia e gênero, uma vez que tem pouca produção sobre a temática “ciganos”, com apenas 1 (um) trabalho de doutorado. Em sua maioria, as universidades que possuem uma produção acadêmica significativa sobre povos ciganos estão situadas em Estados onde é possível perceber um número relevante de comunidades/acampamentos ciganos. Nesse sentido, a pesquisa buscou identificar, também, as grandes áreas de conhecimento sob as quais estas pesquisas foram produzidas.

No Gráfico 3 estão apresentadas, também, as grandes áreas do conhecimento com pesquisas que citam os povos ciganos. Esse gráfico focaliza, portanto, os cursos que estão dentro de cada grande área da CAPES, com a finalidade de sistematizar tais dados. As Ciências Humanas compreendem os cursos: Antropologia/ Arqueologia, Ciência Política, Relações Internacionais, Ciências da Religião, Educação, Filosofia, Geografia, História, Psicologia e Sociologia (CAPES, 2023). Nessa área, a temática dos povos ciganos foi a mais pesquisada e objeto de estudo em relação às demais, seja no mestrado ou no doutorado, reunindo uma expressiva quantidade de pesquisas – 46 (quarenta e seis) dissertações de mestrado e 21 (vinte e uma) teses de doutorado, totalizando 67 trabalhos.

Em segundo lugar aparece a grande área das Ciências Sociais Aplicadas, que abrangem os cursos: Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis, Turismo, Arquitetura Urbanismo e Design, Comunicação e Informação, Direito, Economia, Planejamento Urbano e Regional/Demografia e Serviço Social (CAPES, 2023). Observa-se a quantidade de trabalhos em que destacamos um aumento e interesse nesses cursos pela temática étnico-racial,

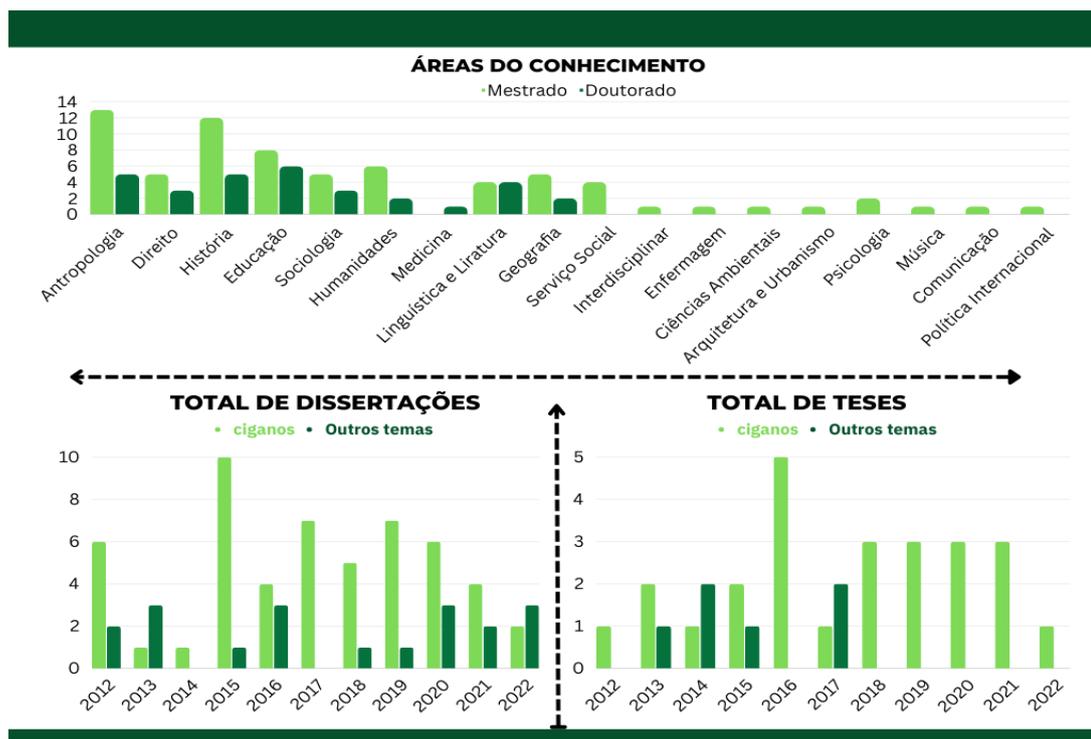
⁷ Essa jornada é fruto de pesquisas e estudos realizados pelo grupo de pesquisa Kijetxawê: currículo, diferença e formação de professores (as) – CNPq que, realizando debates sobre assuntos referentes à temática cigana e com a pertinente necessidade de aprofundamento de temas sobre etnia cigana, organizou a Jornada Educação e Ciganidades. Que a realização desta jornada inspire outras instituições a realizar evento e grupos de pesquisas com a temática voltada às minorias étnico-raciais além de possibilitar mais estudos e pesquisas dentro das universidades, ouvindo a população cigana, aproximando a população não cigana a combater o racismo e o preconceito.

precisamente, 12 (doze) dissertações de mestrado e 3 (três) teses de doutorado que, de alguma forma, citam os povos ciganos.

Na área Multidisciplinar aparecem os cursos: Biotecnologia, Ciências Ambientais, Ensino, Interdisciplinar e Materiais (CAPES, 2023). Nessa grande área ocorre um fenômeno semelhante à área anterior: mais pesquisas na área de mestrado e menos pesquisas no doutorado; ou seja, 8 (oito) produções de mestrado e 2 (duas) de doutorado. Por sua vez, a área de Linguística, Letras e Artes compreende os cursos: Artes, Linguística e Literatura (CAPES, 2023). Nessa área a quantidade de produções fica quase que equiparada nos dois segmentos, sendo 5 (cinco) trabalhos de mestrado e 4 (quatro) de doutorado.

Desperta atenção nessa pesquisa observar que na grande área do conhecimento de Ciências da Saúde – que engloba os cursos de Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Saúde Coletiva (CAPES, 2023) –, o número de pesquisas seja consideravelmente baixo: 1 (uma) dissertação e 1 (uma) tese. Tal dado nos possibilita questionar a defasagem e urgência para se fomentar pesquisas relacionadas à saúde dos povos ciganos. Ou seja, fica explícita a necessidade de serem realizadas, no país, pesquisas que nos auxiliem na compreensão do acesso dos povos ciganos aos serviços de saúde, bem como a necessidade latente da criação e implementação de políticas que atendam às necessidades e particularidades das comunidades ciganas. A baixa representatividade de dados em Ciências da Saúde e em outras grandes áreas levou-nos a incluir a categoria “áreas do conhecimento” à pesquisa, possibilitando-nos identificar os cursos que têm produzido essas pesquisas. Igualmente, os dados, de um modo em geral, suscitaram uma análise dos resumos dos trabalhos para compreender a forma como a palavra “ciganos” foi incluída nessas pesquisas. Uma visão mais detalhada dessas duas categorias pode ser observada no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Áreas do conhecimento e forma de abordagem da palavra “ciganos” nas pesquisas de Mestrado e Doutorado.



Fonte: Elaboração nossa. Dados da pesquisa (2023).

Os dados do Gráfico 4 indicam as áreas do conhecimento das pesquisas que citaram os “povos ciganos”: *Antropologia* – com 13 (treze) dissertações de mestrado e 5 (cinco) teses de doutorado – e *História* – com 12 (doze) trabalhos de mestrado e 5 (cinco) de doutorado – aparecem como as áreas de maior destaque. As pesquisas identificadas nessas áreas dialogam com diferentes frentes de trabalho e discutem temas diversos, como: representações sociais, história dos povos ciganos, movimentos sociais, dentre outros, direcionando sempre essa temática como objeto de pesquisa. De acordo com Menini (2015), com o despertar do interesse em pesquisar grupos marginalizados da sociedade, houve, na Europa em muitos países, uma disposição por parte de historiadores em pesquisar os grupos ciganos, onde as pesquisas voltadas para esta etnia obtiveram um número crescente. Segundo a autora, no Brasil a temática cigana ainda continua encontrando entraves quando o assunto é a busca por fontes documentais para se pesquisar determinado período histórico.

Os dados sobre as áreas de Educação, Humanidades e Direito indicam um crescimento na produção de trabalhos com a temática “ciganos”. Esses cursos produziram 6 (seis), 6 (seis) e 4 (quatro) trabalhos de mestrado e 5 (cinco), 6 (seis) e 3 (três) teses de doutorado, respectivamente. Nessas áreas, observamos a preocupação com as formas de assegurar os direitos e as leis de acesso à escolaridade, os currículos, bem como a proteção do povo cigano

pelo Estado. Tal proteção é reiterativa nessas produções, sendo destacada, de forma explícita, por Melo (2015, p. 61):

A Constituição Federal de 1988, no Artigo 232 e, conseqüentemente, a Lei Complementar 70, de 2º de maio de 1993, é a atribuição ao Ministério Público à defesa dos direitos e interesses relativos às minorias étnicas em geral, incluindo dessa forma os ciganos. Mas no que diz respeito aos ciganos e às outras minorias étnicas essas leis vêm sendo de certa forma negligenciadas, principalmente por desconhecimento por parte de quem deveria garantir o direito aos mesmos.

O reconhecimento pela diversidade e pela luta dos povos ciganos como uma minoria étnica que necessita ser protegida e reconhecida pelo Estado brasileiro como um povo, uma etnia participante da história brasileira, pretende romper estigmas e invisibilidades. Romper estigmas e a marginalização desses povos tem sido a pauta de luta das associações de ciganos e movimentos articulados que buscam maior inclusão e proteção no âmbito das políticas públicas. Nesse sentido, a pesquisa identificou uma tese de doutorado em uma pós-graduação em Medicina. De acordo com Silva (2016), no Brasil existe uma extrema carência de pesquisas que abordem o acesso aos serviços de saúde pelos ciganos e por outras minorias étnicas. Para ele:

A condição étnica do povo cigano perpassa por direito à saúde, barreiras sociais, econômicas e geográficas, pelos dispositivos em saúde, como acolhimento, vínculo e integralidade, e pelas características culturais, valores e crenças que os diferenciam do grupo majoritário. Observa-se uma lacuna do conhecimento na discussão sobre saúde da população cigana. Evidencia-se a importância da ampliação da discussão do determinante étnico nas questões de promoção da saúde e direito social. Nesta perspectiva, sugere-se que a implantação e a implementação de políticas públicas para o povo cigano devem priorizar os fatores/barreiras mencionados anteriormente, os quais determinam o acesso e a utilização dos serviços de saúde, e conseqüente promoção da saúde e prevenção de doenças, por meio de ações estratégicas e atividades com potencial de resolutividade rumo à superação das desigualdades (SILVA, 2016, p. 30).

A lacuna no processo de produção de conhecimento na discussão sobre saúde da população cigana, conforme destacado por Silva (2016), também se estende a outras áreas do conhecimento. Desse modo, nas demais áreas, tal como apresentado no Gráfico 4, pode-se observar não haver doutorado que abordasse o tema cigano e a existência de uma carência de debate profícuo e contínuo no mestrado. Isso deixa evidente que é necessário e relevante que o debate cresça, com a finalidade de mapear, destacar e registrar a presença dos ciganos no território brasileiro. A ausência identificada neste levantamento revela, conforme dito

anteriormente, o epistemicídio associado ao racismo estrutural que afeta as comunidades ciganas. Isso coloca em foco a brutal marginalização desses povos, conforme apresentado nos dados desta pesquisa.

Os dados do Gráfico 4 apresentam, também, duas categorias que descrevem o quantitativo do total de dissertações e teses, a partir de uma análise dos resumos dos trabalhos para compreender a forma como a temática povos ciganos foi incluída nessas pesquisas: a) pesquisas nas quais os povos ciganos configuram como tema central; b) pesquisas sobre “outros temas” que foram mapeadas pelo sistema de busca adotado na pesquisa, no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, mas que apenas mencionam, de alguma forma, a temática “povos ciganos”. Sobre essas duas categorias, os dados indicam que de um total de 72 (setenta e duas) dissertações, em 52 (cinquenta e dois) trabalhos a temática “povos ciganos” se constituiu como questão central – ou seja, 72% das dissertações. Sobre as produções do doutorado, os dados destacam que de um total de 31 (trinta e um) trabalhos, a temática “povos ciganos” configura como questão central em 25 (vinte e cinco) teses – o que representa 81% dos trabalhos.

Quando analisadas de forma conjunta, os dados da pesquisa ressaltam que de um total de 103 (cento e três) produtos finais dos programas de pós-graduação brasileira que, de alguma forma, mencionaram a palavra “ciganos”, apenas 75% dessas pesquisas colocaram essa temática como questão central da pesquisa. Esses 77 (setenta e sete) trabalhos nos ajudam a analisar o que se tem produzido no país quando o assunto é os povos ciganos; ou seja, as mais diferentes temáticas de pesquisa que são associadas a esses povos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa indica que, apesar da existência de uma produção diversa sobre a temática cigana em suas dimensões, ainda é possível afirmar uma ausência profunda desse tema nos programas de pós-graduação. Com base nos dados disponibilizados pela Plataforma Sucupira, no recorte de dez anos (2012 a 2022), dentre os trabalhos sobre diferentes identidades de minorias políticas, sociais, culturais e étnico-raciais, a questão cigana continua sendo invisibilizada e, por consequência disso, há uma lacuna de informação científica sendo desenvolvida sobre a temática. Em decorrências da carência de pesquisas sobre os povos ciganos, resulta a fragilidade desses povos frente às desinformações que circulam e se popularizam sobre suas vidas e culturas entre as comunidades não ciganas.

A partir de uma análise empírica sistematizada, a pesquisa suscita a necessidade de uma reflexão profunda sobre o papel das universidades na formação de futuros pesquisadores e sobre o modo como alguns temas ainda permanecem negligenciados no processo formativo da comunidade científica brasileira. Tal negligência pode ter impacto no modo como os espaços formais e informais de ensino são capazes de abraçar, acolher e fomentar a diversidade étnico-racial. Afinal, se esses temas não são pesquisados no universo acadêmico ou se a produção da temática continua escassa, como promoveremos vozes plurais que reivindiquem uma ampliação de nossa concepção de universidade e sociedade?

Cabe destacar que nas pesquisas que colocaram a temática “povos ciganos” como eixo central – 77 (setenta e sete) trabalhos, sendo 25 (vinte e cinco) teses e 52 (cinquenta e duas) dissertações – foi possível observar a predominância de pesquisas realizadas por instituições públicas de ensino; ou seja, 92,8% das pesquisas foram produzidas por instituições públicas e apenas 7,15% por instituições privadas. Tal identificação torna-se importante, pois está associada à relevância da defesa e garantia do ensino gratuito, de qualidade e de ponta que as universidades públicas brasileiras ofertam. Sendo assim, compensa reivindicar mais investimentos direcionados à pesquisa nas universidades públicas, no que tange aos estudos sobre a diversidade étnica e direitos fundamentais dos povos ciganos.

A pesquisa científica é, sem dúvidas, um elemento potencializador da inclusão social, pois cada tema abordado sobre diversidade étnica é uma forma de projetar as vozes daqueles que são excluídos e vítimas de toda forma de marginalização social e econômica. Pesquisar temas que possibilitem a visibilidade das minorias políticas – entre elas os povos ciganos – colabora para que a academia e a sociedade se aproximem da realidade cigana. Nesse sentido, as pesquisas que assumem o compromisso com as pautas antirracista, como a que apresentamos neste artigo, podem auxiliar para que temáticas distintas possam compactuar com a formação de cientistas e pesquisadores críticos e reflexivos, contribuindo para caminhos de transformação dos contextos e das estruturas racistas. Por um lado, isso amplia a percepção dos preconceitos, dos racismos e das desigualdades que foram construídos historicamente contra os povos ciganos. Por outro lado, essas pesquisas coadunam em ressaltar que o racismo precisa ser combatido, através de estudos, leis, pesquisas, programas e ações afirmativas que possam reafirmar a luta antirracista. Logo, a formação plena de novos cientistas comprometidos com essa pauta torna-se mais do que necessária.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro, 2019.

ANDRADE, Francisca Marli Rodrigues de. Educação do Campo e Aldeamento Curricular: outra Universidade é possível? **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 242-257, set.-8dez. 2023.

AQUINO, André Ribeiro. Uma aproximação entre a realidade jurídica cigana da Colômbia e do Brasil. Ministério Público Federal. *In*: BRASIL. Câmara de Coordenação e Revisão, 6. **Coletânea de artigos: povos ciganos: direitos e instrumentos para sua defesa / 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais**. – Brasília: MPF, 2020, p. 251-270.

BRASIL. **Resolução nº 3, de 16 de novembro de 2012**, que estabeleceu as diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb003_12.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. **Informativo Atendimento a Povos Ciganos no SUAS**, 2018. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/informe/Povos_Ciganos.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

CAPES. **Plataforma Sucupira**. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoRegiao.xhtml>. Acesso em: 12 jun. 2023.

FERREIRA, Norma Sandra. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, p. 257-272. 2002.

FONTANA, Heleonora Flores; LUCAS, Doglas Cesar. O (não) lugar da identidade cigana e a necessidade de reconhecimento. **Salão Do Conhecimento**, v. 6, n. 6, p. 1-4. 2020.

G1. **MPF pede explicações a Weintraub por críticas às expressões 'povos indígenas' e 'povo cigano'**. 26/05/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/26/mpf-pede-explicacoes-a-weintraub-por-declaracoes-sobre-terminos-povos-indigenas-e-povo-cigano.ghtml>. Acesso em: 18 jun. 2023.

HILKNER, Regiane Aparecida Rossi. **Ciganos: Peregrinos do Tempo – Ritual, cultura e tradição**. São Paulo, 2008.

MELO, Erisvelton Sávio Silva. **Ciganos, Novas Tecnologias, Redes de Sociabilidade e Identidade**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PPGA, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/29354/1/TESE%20Erisvelton%20S%20c3%a1v%20io%20Silva%20de%20Melo.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2023.

MENINI, Natally Chris da Rocha. **Os assim chamados ciganos na capitania da Bahia (século XVIII)**. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015. Disponível em:

Página 20 de 21

DOI: <https://doi.org/10.56579/rei.v6i3.1481>

[https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/jspui/3103/2/2015%20-](https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/jspui/3103/2/2015%20-%20Natally%20Chris%20da%20Rocha%20Menini.pdf)

[%20Natally%20Chris%20da%20Rocha%20Menini.pdf](https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/jspui/3103/2/2015%20-%20Natally%20Chris%20da%20Rocha%20Menini.pdf). Acesso em: 12 jun. 2023.

MOONEN, Frans. **Anticiganismo: os ciganos na Europa e no Brasil**. Recife: 3 ed. digital, 2011.

NERY, Inalva Bezerra; NASCIMENTO, Uelba Alexandre. Os Ciganos e a exclusão social. In: XVI Encontro Estadual de História – Poder, Memória e Resistência: 50 anos do golpe de 1964. Campina Grande 25 a 29 agosto 2014. **Anais** [...] Campina Grande, 2014. p. 912-923. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/anpuhpb/XVI/paper/viewFile/2528/575>. Acesso em: 20 abr. de 2022.

RAMOS, Arthur. **Introdução à antropologia brasileira**. ed. 4. As culturas europeias. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1947.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte”. **Diálogos Educacionais**, v. 6, n. 6, p. 37–50. 2006.

SCHWARTZMAN, Simon. Pesquisa e pós-graduação no Brasil: duas faces da mesma moeda? **Estudos Avançados**, v. 36, n. 104, p. 227-254. 2022.

PEREIRA, Meire Rose Santos. **Direitos fundamentais: o direito à educação para os povos ciganos**. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão, 6. Coletânea de artigos: povos ciganos: direitos e instrumentos para sua defesa / 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. – Brasília: MPF, 2020.

SILVA, Ana Cláudia Conceição da. **Fatores associados a utilização de serviços de saúde por ciganos na Bahia, Brasil**. Tese (Doutorado em Medicina e Saúde Humana) – Pós-graduação em Medicina e Saúde Humana, Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Salvador, 2016. Disponível em: <https://repositorio.bahiana.edu.br:8443/jspui/bitstream/bahiana/793/1/FinalTeseAna20122016.pdf>. Acesso em: 20 abri. 2022.

SIMÕES, Sílvia Régia Educação cigana: entre – lugares entre escola e comunidade étnica. **REP - Revista Espaço Pedagógico**, v. 17, n. 2, Passo Fundo, p. 348-355, jul.-dez. 2010.

TEIXEIRA, Rodrigo Côrrea. **História dos ciganos no Brasil**. Núcleo de Estudos Ciganos, 2008.

VANELLI, Marta. Nomadismo cigano: migração dos excluídos. **Cadernos do CEOM**, v. 23, n. 32, p. 1-10. 2013.